

18º Congresso Brasileiro de Sociologia  
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)  
GT10 – Biografia e Sociedade

**Uma origem, diferentes destinos:**

uma análise sociológica das singularidades em trajetórias de vida dessemelhantes

Rodrigo Vieira de Assis  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
(IESP-UERJ)

## Uma origem, diferentes destinos:

uma análise sociológica das singularidades em trajetórias de vida dessemelhantes

Rodrigo Vieira de Assis\*

O indivíduo se encontra em uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados, tentando reelaborar os modos de reação herdados, ou substituindo-os por outros, a fim de lidar mais adequadamente com os novos desafios surgidos das variações e mudanças em sua situação. Cada indivíduo é, dessa forma, predeterminado em um duplo sentido pelo fato de crescer em sociedade: encontra, por um lado, uma situação definida e, por outro, descobre em tal situação padrões de pensamento e de conduta previamente formulados.

Ideologia e Utopia  
Karl Mannheim

### Introdução

Este trabalho tem como objetivo central refletir sobre as maneiras pelas quais pessoas de uma origem social comum, especificamente aquela marcada por acessos escassos a serviços e bens materiais e simbólicos, podem trilhar diferentes rumos em suas trajetórias sociais, de modo a se situarem, na fase da vida adulta, em posições sociais<sup>1</sup> distantes e/ou hierárquicas entre si. A intenção é demonstrar,

---

\* Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bolsita Capes. E-mail: rodrigo\_assis23@hotmail.com

<sup>1</sup> A concepção de posição social é uma daquelas que, frequentemente utilizada no léxico sociológico, muitas vezes emerge na literatura especializada sem maiores problematizações, esvaziando, assim, o seu potencial analítico acerca dos fenômenos empíricos que pretende explicar. Aqui, ao fazermos uso dessa noção, estamos recorrendo ao pressuposto da ruptura epistemológica (BACHELARD, 1996) como fundamento para o conhecimento científico da vida societária, autorizando-nos a pensar o mundo social como um espaço multidimensional historicamente estabelecido cuja compreensão requer a reconstrução e a desnaturalização das condições de existência tidas como naturalmente dadas. Nesse sentido, aproximamo-nos, porém não em sua inteireza, da perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu (2011) que reconhece nas relações de poder instituídas no interior de campos sociais – universos relativamente autônomos de práticas especializadas que são o resultado da dinâmica de uma sociedade particular ao longo da sua história – aspectos fundamentais para a análise sociológica da estrutura social. Todavia, diferente dessa perspectiva, consideramos essenciais também as experiências vivenciadas fora desses campos, naquilo que Bernard Lahire (2002) acertadamente identificou como os “tempos fora de campo” – vividos na família, nos grupos de amizade, nas relações afetivas não interessadas etc. Para fins da análise, desse modo, consideramos que a posição social só faz sentido se construída interpretativamente a partir de um conjunto de variáveis pertinentes a cada caso inquirido. Em nosso estudo, optou-se pela mais simples constatação das posições sociais por meio da relação entre as variáveis como *ocupação*, *nível de escolaridade* e *renda* individual e/ou familiar, o que inclui não apenas o dado objetivo da dimensão econômica, mas também a dimensão cultural que é fundamental para o conhecimento profundo dos processos de reprodução das estruturas de classe nas sociedades modernas.

no âmbito das classes populares, a diversidade de anseios e dramas cotidianos, seu reflexo sobre a autoestima e o autorreconhecimento de que se é capaz ou não de ter acesso a uma boa vida. Nesse sentido, nosso intuito é analisar como indivíduos socialmente constituídos a partir de uma condição social que os aproxima em sua origem seguiram dessemelhantes destinos no cerne de uma ordem social marcada pela má distribuição das oportunidades de vida, vivenciando, assim, seja experiências típicas da reprodução intergeracional das desigualdades, seja de ruptura em relação à sua condição de origem.

Para além das frequentes tendências em conduzir a reflexão sobre os modos pelos quais os indivíduos são produzidos ao mesmo tempo em que produzem seus meios de vida a uma problematização focada na desigualdade de renda, isso quer dizer, para além de uma “visão economicista do mundo” que reduz as pessoas ao seu poder aquisitivo<sup>2</sup>, lançaremos luz aqui sobre diferentes dimensões socioculturais e econômicas que atuam mutuamente no condicionamento dos indivíduos, por exemplo, conduzindo-os a determinados estilos de vida e produzindo-os como sujeitos diferencialmente capacitados para a competição social. Nesse sentido, enveredando por uma complexa rede de relações estabelecidas em diferentes experiências por que passam os indivíduos em suas trajetórias sociais, levaremos, na medida do possível, dados relativos às primeiras socializações dadas na infância, sobretudo na vida familiar e escolar, e nas inserções interativas da vida adulta, desenroladas, especialmente, no mercado de trabalho.

Para refletir sobre trajetórias de indivíduos que compartilham uma origem social comum e/ou correlata, porém que suas situações atuais revelam, ao serem interpretativamente relacionadas umas com as outras, uma distância socioeconômica e de prestígio significativa, é necessário perceber as especificidades de cada itinerário social vivido, colocando em evidência como as desigualdades sociais são percebidas e sentidas pelos próprios agentes que transitaram por um percurso social determinado. Para compreender essas percepções e sentimentos que as relações entre os agentes e as estruturas nas quais se situam fazem emergir, julgamos fundamental a realização de entrevistas

---

<sup>2</sup> Talvez essa redução tenha alcançado seu clímax, no contexto brasileiro, por meio do trabalho do economista Marcelo Neri (2008, p. 5). Na defesa econômica de que o nosso país se caracteriza pela emergência de uma “nova classe média”, Neri afirmou que o bolso é “a parte mais sensível da anatomia humana”, reduzindo o ser humano da sua própria condição básica de ser um animal político, socioculturalmente dependente do próprio meio que o concebeu enquanto indivíduo relativamente autônomo.

semiestruturadas em profundidade que abordassem questões de diferentes naturezas de acordo com a própria singularidade da narrativa apresentada pelo entrevistado na situação de interação com o pesquisador. Assim, procuramos articular as experiências<sup>3</sup> vivenciadas no âmbito da família que nos foram relatadas àquelas vivenciadas na vida escolar e no mercado de trabalho, de modo a colocar em evidência a dinâmica entre as subjetividades e as condições objetivas de existência dos indivíduos: maneira pela qual percebemos ser possível apreender as visões de mundo, as disposições, as práticas e os valores que orientaram e que são mobilizados diante das circunstâncias que se impõem em suas situações de vida atual na sociedade em que vivem.

Nesse sentido, os relatos sobre a vida familiar – na infância, quando eram dependentes em sua família de origem, e, atualmente, ao se tornaram responsáveis pela família construída por relações maritais – e sobre a vida escolar, ou seja, as experiências ocorridas nas instituições em que os indivíduos adquirem as disposições pré-reflexivas que lhes integram intimamente<sup>4</sup>, são importantes para que possamos compreender a condição social de existência dos entrevistados no mundo social, fundamentais à identificação das rotas de acesso às ocupações pelas quais se inseriram no mercado de trabalho. Desse modo, poderemos ter em mente se houve ou não alguma mobilidade social em relação à sua origem social e, ao mesmo tempo, as fontes que fundamentaram as aspirações e expectativas de futuro que

---

<sup>3</sup> O conceito de experiência nos é muito caro. Como poderá ser percebido, o termo surge em diferentes momentos do texto. Um olhar atento poderá perceber que os sentidos que emergem para o mesmo conceito são distintos, mesmo que muito próximos entre si. Para fins de esclarecimento, basta ter em mente que quando mobilizamos o conceito de experiência temos em mente a contribuição de Merleau-Ponty à fenomenologia, por meio da qual se desloca o primado da consciência que tomava como certo a noção de indivíduo epistemológico para o primado das aquisições de significados e sentidos realizados e materializados no corpo. Em suas próprias palavras, refletindo sobre a apreensão sensitiva do mundo, “não é o sujeito epistemológico que efetua a síntese, é o corpo; quando sai de sua dispersão, se ordena, se dirige por todos os meios para um termo único de seu movimento, e quando, pelo fenômeno da sinergia, uma intenção única se concebe nele” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 312). Não obstante essa dimensão corpórea por meio da qual a experiência pode ser compreendida, é preciso também considerar os processos de subjetivação e individuação intrínsecos aos modos de participação da vida societária em um determinado momento histórico.

<sup>4</sup> É importante deixar claro que as disposições adquiridas nas primeiras socializações que se dão na fase da infância tendem a ser aquelas cuja força se expressa de modo mais significativo nas práticas e nos estilos de vida dos indivíduos. Isso não significa dizer que tais disposições sejam estáticas e que irão acompanhar seus portadores por toda a sua vida. Teoricamente, nesse ponto, vale a pena lembrarmos da sistematização proposta por Bernard Lahire (2006) acerca dos níveis de intensidades das disposições, que variam entre fortes, médias e fracas. Em sua lógica, as disposições adquiridas na infância situam-se normalmente no nível de disposições fortes, mas – e isso é muito importante – estão sujeitas à reflexividade da agência diante das circunstâncias que são vivenciadas ao longo da história particular, possibilitando uma reestruturação do *habitus* individual de modo a tornar possível a adaptação a novas situações.

animam esses tipos individuais a “seguir em frente” na luta pela realização dos seus projetos pessoais.

Os dados nos quais nos baseamos para a escrita deste artigo provêm de dois casos específicos, cujas entrevistas foram realizadas na zona sul do Rio de Janeiro no segundo semestre do ano de 2015. As relações das pessoas inquiridas com essa região da cidade são distintas: uma delas reside e trabalha na própria zona sul, mais especificamente numa das ruas mais nobres do Bairro de Botafogo, enquanto a outra se desloca para o mesmo bairro para cumprir seu regime de trabalho em uma das ocupações que realiza rotineiramente. As entrevistas se deram, portanto, em condições de possibilidade variáveis, porém creio que essa variação de condições por si mesma já nos permite identificar traços sensíveis para a análise aqui proposta, como poderemos ver mais detalhadamente a partir de agora.

### **Posição, princípios e dificuldades na análise das trajetórias de origem trabalhadora popular**

A história de vida muitas vezes é pensada como uma trajetória linear, compreendida como tendo um início, um meio e um fim. É assim que a noção surge na fala corriqueira do cotidiano. Para a sociologia, porém, falar em história de vida não apenas significa considerar as maneiras pelas quais os significados coletivamente partilhados do mundo social adentram uma trajetória individual, mas também denota a reconstrução das diferentes formas que conteúdos objetivos e subjetivos percorrem nas diferentes posições em que o indivíduo se situou ou se situa em sua sociedade. Indica, assim, o conjunto de elementos exteriores e interiores – e suas relações específicas – que se agregam em um ser individual – que é sempre um ser social – de acordo com as experiências vividas na estrutura da sociedade: apreendidos nas passagens de uma posição à outra ou de sua permanência em uma dada posição nessa estrutura, inserindo-se no cerne da dinâmica da vida social mais geral. É desse modo que a história de vida e a trajetória passam a interessar ao olhar sociológico aqui proposto, portanto.

Considerando essa concepção, cabe agora perceber como se torna possível a emergência de diferentes destinos entre os indivíduos oriundos das classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, colocar em evidência as algumas configurações – familiares, escolares, laborais – que são características dessa condição social. A

partir do que alcançamos no trabalho de campo, pretendemos identificar questões que se mostram pertinentes à compreensão das possibilidades tanto de reprodução quanto de mobilidade social chamando a atenção para como essas experiências são representativas de variações individuais pertinentes. Por isso, não necessariamente realizaremos uma apresentação com o intuito de recontar a narrativa dos indivíduos por meio de uma lógica sincronicamente organizada que, partindo da infância até a vida adulta, poderia parecer suficiente reproduzir em linguagem técnica aqueles discursos “espontaneamente” propostos pelos sujeitos inquiridos. Os seus atos de fala, as suas respostas, são as fontes a partir das quais a reflexão sociológica torna-se possível, mas não reduzem a reflexão ao sentido que o próprio ator elabora do seu passado a partir da comunicação estabelecida no presente (ROSENTHAL, 2014), mesmo que, obviamente, seja a sua avaliação da vida em sociedade a base de sustentação empírica das reflexões teóricas necessárias à compreensão do problema que aqui investigamos.

A primeira questão a assinalar quando tratamos de trajetórias de vida num contexto marcado por um tipo de sociabilidade fundada em disparidades sociais evidentes se refere à origem social, sobretudo no que tange às socializações ocorridas nos âmbitos familiar e escolar. Essas duas instituições são fundamentais na estruturação das capacidades individuais, das disposições que orientam as práticas e das formas pelas quais os indivíduos passam a perceber a si mesmos no mundo social. A socialização familiar é marcada por um aspecto básico em geral: por experiência proveniente do encontro em situações comuns de indivíduos participantes de um grupo que se situa no espaço e no tempo de modo diferencial, isso quer dizer, intergeracional. Sempre há aqueles que são vistos como responsáveis pela família e aqueles que são os dependentes dos cuidados e do que pode ser ofertado em matéria de bens materiais e simbólicos. Porém, é na teia de relações entre esses papéis que tem gênese os mecanismos e padrões de transmissão das formas de socialização de classe e de inscrição das macroestruturas sociais na subjetividade e no corpo individual.

De um modo geral, a partir dos casos que estudamos, percebe-se que os responsáveis por um lar, por uma vida familiar, tendem a se preocupar com o futuro dos seus dependentes, normalmente filhos, no mundo, sobretudo quando refletem acerca das condições de possibilidade de se alcançar estabilidade econômica e ocupacional numa metrópole urbana, universo imaginado e vivido como uma rede

complexa de atração às mazelas sociais que deve ser combatido por meio de uma socialização disciplinar. Nesse sentido, a própria percepção do que seria um “bom futuro” e quais são os “males” que se fazem presentes nos processos de amadurecimento das crianças e jovens apontam com frequência para os aspectos típicos de uma ordem social desigual.

Quando se trata das classes trabalhadoras populares, que é o que interessa aqui, os motivos centrais que emergem quando perguntamos sobre as preocupações centrais da vida cotidiana revelam que a vivência próxima a experiências de violência engendram planejamentos e formas de disciplinamento que visam o controle e a ocupação do tempo dos filhos, sobretudo quando há risco eminente do envolvimento dos mais jovens com práticas ilícitas, criminosas e consideradas subversivas aos princípios e valores morais que conduzem a vida social. Assim, um dos pontos-chaves do início da vida que possibilita seguir caminhos perceptivelmente distantes refere-se ao modo como os pais atuam na vida dos seus filhos, não apenas por meio da dedicação e dos cuidados imediatos, mas pela transmissão dos valores e das formas de vida que caracterizam, a partir dos seus pontos de vista, a dignidade, de modo a garantir dignidade e o reconhecimento sociais ou, dito de maneira fiel aos nossos dados, “andar sempre de cabeça erguida” na sociedade.

Por isso, é comum haver um disciplinamento de tipo particular nas socializações ocorridas em famílias da classe trabalhadora popular, que pode ser compreendida como constituída de um tipo de ética e de condução da vida que vê no trabalho e na conquista por uma ocupação no mercado de trabalho o epicentro gerativo do caráter e da dignidade pessoal. Isso porque, a característica básica da “socialização disciplinar do trabalho”, típica das classes populares, “é que ela se faz em contraposição à delinquência, e em certa medida alheia ao sistema de ensino” (VISSER, 2016, p. 319), isso quer dizer, que não necessariamente tem a vida escolar como fonte que lhe torna vital – apesar de reconhecerem a importância da educação formal para a vida adulta. A delinquência, de todos os tipos, é vista como a máxima da desclassificação social e, por isso mesmo, precisa ser combatida diariamente na luta que é “criar” os filhos.

A partir de um dos casos que investigamos é possível perceber que a conciliação, desde muito cedo, da vida escolar com o trabalho realiza-se, muitas vezes, de maneira a garantir que os filhos apreendam valores que os oriente para a

condução da vida de modo a garantir uma trajetória social distante do “mundo do crime”. É o caso de Julio. Filho de pai comerciante e de mãe dona de casa, Julio nos conta que desde criança, diante das dificuldades que a família vivenciou ao migrar do interior de Minas Gerais para a Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, passou a trabalhar, junto com seu irmão, no armazém de seu pai. Essa dupla jornada na infância não tinha saída: considerando as dificuldades econômicas que a família precisava enfrentar e o comportamento autoritário do pai comerciante, exigente e disciplinador, não havia liberdade de escolha ou de discussão sobre se deveria trabalhar ou não. Na verdade, para Julio essa não era uma questão a ser colocada (*Taken for granted*): representava a sua própria condição de vida, naturalizada por ser a experiência de viver no mundo social que a sua origem social lhe permitia conhecer, na qual ele tornou-se o homem trabalhador que se afirma ao longo da nossa conversa como provedor da sua família. Sobre o início da sua constante vida laboral, ele nos diz:

[...] eu e meu irmão sempre trabalhou com meu pai. Com oito anos nós já começamos a *luta*. Ele chamava: “vamo simbora menino, vamo trabalhar!” [...] “Tá na hora, tá na hora”. Já levantava e... [O] lazer que a gente tinha [era] só jogar uma bolinha lá por perto [de casa] mesmo, na rua ou lá no campinho que tinha perto mesmo. No domingo a gente jogava mais.

Vejamos mais detalhadamente a trajetória social de Julio, que traz elementos ricos para perceber como pode se realizar mobilidades sociais de caráter precário internamente às classes populares.

### **“A gente está junto, sempre junto”: mutualidade entre trabalho e família em uma trajetória popular**

Julio é uma pessoa bastante observadora e reflexiva, que tenta sempre refletir antes de contar seu relato pessoal de vida. Apesar disso, ele sente-se à vontade para falar das dificuldades pelas quais passou ao longo de sua vida, desde a infância numa área muito pobre da Baixada Fluminense até a mudança que passou após os seus pais adquirirem uma casa própria em um bairro melhor situado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Vila Isabel. Seu pai, Antônio, estudou apenas quatro meses ao longo de toda a vida. Por não ter estudo formal, sempre foi de “dar um jeito” para passar pelas adversidades que se impunham no seu caminho,



trabalhando em atividades muito variadas, quase sempre exercendo ocupações sem nenhuma proteção ou garantia trabalhistas.

Julio recorda que seu pai trabalhou, por exemplo, como auxiliar em uma indústria de bebidas nacional e também como padeiro, sem nenhuma relação clara de contrato de trabalho ou seguridade social. A ocupação como padeiro foi o que, segundo ele, fez seu pai perceber o caminho que poderia seguir para trabalhar por conta própria, abrindo um pequeno negócio, aprendendo na prática as práticas de cozinha que se tornaria, anos depois, o principal sustento da família. Sem nenhuma formação escolarizada sobre o ofício, a ocupação na padaria foi lhe mostrando como administrar minimamente um pequeno empreendimento, cuja maior vantagem, como ele menciona, seria não depender mais de outras pessoas que o empregassem. Logo, caso sua expectativa tivesse sucesso, não precisaria mais ter que cumprir ordens de nenhum tipo de chefe. Abriu, assim, a sua própria padaria, ainda em Minas, que, mais tarde, no Rio de Janeiro, foi abandonada para a abertura de um pequeno armazém voltado para a venda de produtos alimentícios básicos. Depois de casado e com filhos, seu pai sempre buscou inserir no local de trabalho uma rotina coletiva de manutenção do pequeno negócio para o provimento do sustento de todos, trazendo, assim, os filhos ainda criança para exercer atividades e responsabilidades típicas da vida adulta.

Tudo isso se refletia na vida escolar. A falta de tempo para se dedicar ao estudo, desde a infância, dificultou os processos de aprendizagens exigidos na escola, levando Julio ainda muito cedo a perceber que seria muito difícil atender as exigências da educação formal. Julio cresceu, assim, em uma família que sobrevivia dos rendimentos que provinham do armazém e foi na prática que apreendeu o que deveria saber para poder “se virar” para se sustentar. Como ele diz, “a gente sempre morou nos fundos do comércio, ao lado do comércio”, em relação ao fato de que não havia nenhuma separação clara entre a casa e o trabalho, entre o aconchego do lar e as responsabilidades do comércio. Talvez por isso ao relatar sobre a sua trajetória de vida não haja uma ruptura evidente entre os momentos em família e os momentos no trabalho, entre os afetos que via emanar de seus pais, sobretudo de sua mãe, quando era tido como um bom filho e o reconhecimento, emitido pelo seu pai, ao realizar as atividades do armazém com êxito e responsabilidade.

Sua casa era muito movimentada, tanto pela presença de clientes no armazém quanto pelo fato de que seu pai prezava pela união familiar, recebendo,

com frequência, parentes e amigos. Isso não significa que a família nuclear em que Julio nasceu e cresceu vivia em uma condição financeiramente estável. Significa que, como ele mesmo chama a atenção algumas vezes, que seu pai “sempre foi mão aberta”, ou seja, de que “tudo o que é dele [de seu pai] é dos outros”: dessa forma, o pouco que tinham estava disponível para todos aqueles com quem se mantinham vínculos de amizade ou graus de parentesco. Julio conta, por exemplo, que mesmo em posse do armazém, era comum faltar alimentos básicos em casa, uma vez que seu pai e sua mãe, ao prezarem por receber e deixar as visitas satisfeitas, oferecendo-lhes, muitas vezes, as refeições mais generosas, acabavam prejudicando a alimentação de si próprios e de seus filhos.

Quando questionado como era a situação de sua família quando jovem, especialmente sobre quais eram as maiores preocupações em termos financeiros, Julio avalia que pela quantidade de filhos na sua família – cinco incluindo ele próprio – não poderiam usufruir de coisas não imediatamente necessárias à sobrevivência de todos. Dessa forma, nos momentos mais precários de acesso a recursos pelos quais passou, a saída muitas vezes para a equalização das primeiras necessidades era consumir os produtos do armazém que lhes davam o sustento – o que gerava um ciclo vicioso, uma vez que passavam a faturar menos para manter o funcionamento do próprio armazém.

A criação de filhos é um desafio comum que se coloca nas classes populares brasileiras. Não apenas há a responsabilidade moral de orientar os jovens na vida social, mas, também, as responsabilidades relativas à supressão das necessidades básicas. Quando não se dispõe de muitos recursos econômicos para que os filhos tenham mais conforto e acesso à educação de qualidade desde muito cedo, não se pode investir na conversão de capitais (do econômico para o cultural) como necessidade de primeira ordem – como normalmente as classes médias o fazem.

Por experiência própria, de quando era dependente dos seus pais e, agora, que também tem essa responsabilidade com seus dependentes, Julio afirma, com frequência, que “filho é complicado de criar”. Remetendo para o seu passado familiar de dificuldades econômicas mais emergenciais, ele relata que:

A sorte é que a gente sempre teve o comércio que tinha como tirar a comida. Tinha o armazém, a gente pegava as coisas pra comer. Tinha. Mesmo assim, meu pai sempre foi assim “ó” [gesto manual representativo da personalidade do seu pai “mão aberta”]. No domingo, ele comprava carne, fazia os bifes. Um pra cada um. Mas se chegasse a visita. Aí

“morria”, né? A visita só comia a carne e você só comia o que sobrava. Um arroz, um macarrão.

Já na adolescência, após o pai comprar uma casa em Vila Isabel, Julio, não aguentando mais as dificuldades de morar na Baixada Fluminense – “eu não aguentava mais aquilo lá em cima. Aquilo lá em cima era só lamaçal”, ele diz –, não via a hora de se mudar para a nova moradia, em 1977. Aí, próximo ao Maracanã, foi onde Julio começou a melhorar de vida, sobretudo por meio do novo negócio da família: um pequeno restaurante popular localizado em frente à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Com clientela certa, os estudantes e os funcionários da UERJ, o pequeno restaurante existe até hoje, sendo o local de trabalho e fonte de renda principal da sua família.

Como se pode perceber até aqui, o trabalho sempre esteve presente na vida de Julio. A função sempre foi a de sustento familiar, dos pais e dos filhos, que, coletivamente, tornaram possível a manutenção de um empreendimento próprio de caráter popular. Uma elevada parcela dos indivíduos das classes populares visualizam no pequeno negócio próprio, muitas vezes precário, o meio de vida possível de ser mantido, embora essa manutenção seja feita, na grande maioria das vezes, sem muita preocupação administrativa em relação aos custos e ganhos. O trabalho, em suas diferentes funções, ocupa os indivíduos inteiramente nas classes populares e isso implica uma específica relação com o tempo e seu uso, que muitas vezes é totalmente dedicado às atividades laborais em detrimento do lazer e do descanso.

Não por acaso, Julio sempre ajudou o pai no armazém na Baixada e, depois, no restaurante em Vila Isabel. Isso é um padrão marcante em um determinado estrato das classes populares, cujas consequências, entre outras, se mostra no desempenho escolar. Julio, por exemplo, conseguiu concluir o ensino médio, mas nunca se sentiu preparado para tentar uma formação de nível superior. Percebendo-se como detentor de pouco conhecimento formal necessário à continuação dos estudos, preferiu investir seus esforços na busca por uma profissão que lhe permitisse alcançar um emprego formal no mercado de trabalho, definido, por ele, como uma ocupação em que pudesse ter a “carteira assinada”, garantindo o acesso aos direitos trabalhistas mínimos que seu pai nunca teve.

Embora participe ainda hoje do trabalho familiar no pequeno restaurante, distintamente da época em que o pai tomava conta do estabelecimento para o

sustento dos filhos, hoje o negócio é mantido tanto para a produção de capital econômico para Julio e sua família quanto para as famílias de todos os seus irmãos. Ou seja, uma renda que era concentrada em uma só residência, agora é compartilhada pelos chefes de diferentes famílias, unidas por graus de parentesco e pela busca do sustento coletivo. Continuam, assim, trabalhando diariamente em um mesmo espaço físico, cujo tempo dedicado a essa experiência já acarretou em suas fissuras e problemas pessoais mal resolvidos entre os membros que partilham essa história.

Por isso, uma só ocupação parece não suprir mais as demandas familiar, o que levou Julio a buscar outro trabalho para poder ter uma renda compatível com as necessidades atuais da família que construiu. Nesse sentido, Julio confirma, a partir da sua experiência empírica, aquilo que Guimarães (2012) percebe quando os indivíduos buscam por empregos a partir das classes populares. Ele apresenta motivos que representa insatisfação em trabalhar com seus irmãos nos dias de hoje, em especial pelos desentendimentos advindos das relações de poder instituídas silenciosamente entre eles ao longo de uma vida de trabalho juntos. A experiência da procura de trabalho, de acordo com Guimarães (2012, p. 127) é:

[...] vivida, e relatada, através de um discurso em que as palavras remetem a significados como os de desalento, vazio, de impotência frente a um sistema cujo *modus operandi* já não se consegue decodificar para bem agir, com vistas a estabelecer um novo vínculo de trabalho. Nessa configuração, os indivíduos estão, por assim dizer, a um passo de *desertar do mercado de trabalho*; para eles, a procura é vivida como uma experiência de sofrimento que só pode ser ultrapassada pela via da deserção, com tudo o que esta acarreta em termos de desonra, de falência pessoal e de perda identitária.

O conflito interno que Julio nos relata vai diretamente ao encontro do ponto da questão da identidade. Ele, na busca por outro trabalho, sentia-se como se estivesse se afastado de si mesmo, da maneira pela qual se identifica como parte daquilo que o constitui socialmente: membro de uma família que durante anos estiveram em um regime de produção estabelecido por um contrato moral tacitamente estabelecido de trabalho. Sem um projeto pessoal claro para si mesmo, Julio conta que já passou por vários trabalhos: “já trabalhei com campanha política, dois anos; já trabalhei de motorista de madame; de motorista de táxi; já trabalhei com decoração”. Somente quando percebeu que precisava ter alguma estabilidade empregatícia foi que buscou uma forma de preparação específica para o mercado de trabalho. Dedicou-se a um

curso de formação de vigilante patrimonial e atualmente é funcionário de uma empresa terceirizada, paralelamente às atividades na cozinha do armazém.

O emprego terceirizado é hoje uma das formas de ocupação mais precárias do mercado de trabalho. No caso de um país como o Brasil, marcado por significativa disparidade social, esse tipo de vínculo trabalhista corresponde a uma das maneiras mais frequentes de hibridização do trabalho (CARLEIAL; AZAÍIS, 2007), que atinge, principalmente, as classes populares (POCHMANN, 2012). Nesse sentido, Julio foi levado pelo movimento de reestruturação do capitalismo pelo qual o Brasil passou na segunda metade do século XX, em que as relações de emprego formal foram abaladas pelas estratégias de produção de capital impostas pelos processos de globalização e financeirização da economia (BORGES; DRUCK, 1993; ANTUNES, 2009). Ele viu, aí, o espaço para a entrada no mercado de trabalho que a sua formação educacional permitia: uma condição precária de trabalho, em ocupações socialmente percebidas de maneira inferiorizada, isso quer dizer, destinadas a pessoas dos meios sociais mais precarizados.

Hoje casado e com dois filhos, mantém dois trabalhos ao mesmo tempo. Todos os dias, continua exercendo as atividades na cozinha do restaurante da família e, em regime de plantões noturnos, cumpre seu horário de trabalho na vigilância patrimonial de um prédio público. É interessante que mesmo com uma dedicação maior em número de horas à ocupação de cozinheiro, ele, em nenhum momento, afirma-se como tal. Provavelmente isso se deve a rota de acesso a essa ocupação, que para ele soa como um destino naturalmente vivido junto à sua família, enquanto que para poder exercer as atividades de vigilante precisou adquirir uma formação específica. Para ele, alcançar os requisitos legalmente estabelecidos para trabalhar como vigilante traz consigo o sentido de realização de um projeto pessoal de autonomia e de conquista produzida pela ruptura das amarras da provável reprodução das condições de trabalho em que viveu desde tenra idade junto aos seus pais.

O caso de Julio, mesmo uma história particular, pode ser entendido como representativo das micromobilidades sociais intergeracionais que tem se replicado nas classes populares brasileiras. Ele possui hoje uma melhor situação econômica do que aquela quando vivia em sua família de origem, possui um emprego formal e outro em negócio próprio familiar. Ou seja, tem duas ocupações (vigilante e cozinheiro) que, mesmo garantindo uma renda maior do que o salário mínimo

nacional, não vivenciou uma mobilidade ocupacional e socioeconômica que lhe insira em uma outra condição de classe. Dito de outra forma, não pode ser considerada uma pessoa que transpôs as barreiras socioculturais e econômicas que circunscrevem os “universos” das classes populares. Portanto, diferentemente do que o olhar apressado e politicamente motivado poderia propor – de que ele hoje seria parte de uma nova classe média –, as ações subjetivamente orientadas que propõe no âmbito da vida cotidiana, o seu estilo de vida, as suas preocupações centrais e os seus anseios deixam claramente em evidência de que ele continua a ser material e simbolicamente um caso particular do possível na pluralidade das existências individuais das classes populares.

Faz-se necessário perceber que a classe não é determinada pela renda, apesar da variabilidade do poder econômico entre as classes ser, no capitalismo, importante para a explicação da estratificação social e do acesso às oportunidades de vida. Avancemos nessa discussão. Vejamos, assim, como, partindo de uma posição relativa àquela de Julio, ou seja, de uma condição de acesso escasso a bens materiais e simbólicos socialmente reconhecidos como legítimos, outros rumos podem emergir no universo dos possíveis: de que não há determinismos quando tratamos da vida em sociedade; não há destinos previamente estabelecidos; mas condições de possibilidade de reprodução ou de mobilidade social relacionadas diretamente aos recursos materiais e simbólicos disponíveis nas circunstâncias originárias em que os indivíduos veem ao mundo e das apropriações que podem ser feitas pelos indivíduos desses recursos.

### **“Hoje posso realizar os meus sonhos no meu filho”: passado incorporado e a classe para além da renda**

Como até agora pudemos ver, nascer nas classes populares é, quase sempre, ter a certeza de que será preciso um grande esforço para ascender socialmente, sobretudo se comparado às maneiras pelas quais as possibilidades de ascensão emergem nos meios sociais das classes médias e altas, cujos capitais culturais e econômicos que possuem favorecem tanto a reprodução quanto a aquisição de acesso privilegiado a espaços de poder. De um modo simplificado, as diferenças que demarcam os aspectos mais fundamentais das classes são produzidos por três fatores básicos que estão inter-relacionados: a socialização familiar, as condições de acesso a consumo de bens materiais e simbólicos e as

rotas de acesso que são acionadas para acessarem o mercado de trabalho. Em síntese, o que está no centro da produção diferencial dos indivíduos são formas específicas de inserção, a partir da sua condição de existência, nos diferentes espaços em que as estruturas subjetivas constituídas em uma sociedade estratificada e desigual são adquiridas e tornadas corpo.

O caso de Julio tratado inicialmente no tópico anterior, visualizado como caso particular do possível das classes populares, coloca em evidência uma trajetória social cujo movimento na estrutura social o mantém entrelaçado e muito próximo da sua posição social de origem. Mas, como o seu caso é um caso específico, não podemos a partir dele deduzir todas as probabilidades de experiências de vida dos nascidos em meios em que são escassos os acessos aos bens e mecanismos eficientes de ascensão. A sociologia durante muito tempo operou sob a ilusão de elaboração de teorias gerais e, como se sabe, todas as tentativas produzidas com esse intuito são, em maior ou menor grau, instituídas pela arbitrariedade de generalização das particularidades de casos específicos para a globalidade de todos os casos possíveis. Cabe aqui, portanto, agora, apresentarmos uma outra possibilidade em potencial de trajetória social que se faz realizável no contexto social de desigualdades no Brasil, com vistas não à elaboração teórica, mas à compreensão da própria realidade empírica que nos anima a refletir sociologicamente sobre as práticas e os relatos das experiências pessoais.

Como dissemos anteriormente, muitas das experiências passadas nas fases da infância e da juventude podem marcar o indivíduo ao longo de toda a sua história. Podem, também, ser eliminadas pela superação das condições de emergência dessas mesmas experiências. Referimo-nos às mudanças empreendidas em nível existencial como consequência das mudanças de posição social numa sociedade estratificada. O caso de Julio mostrou, como diria Elias (1994), as relações de dependência estabelecidas no âmbito da família que o fez vivenciar, por exemplo, um ambíguo sentimento ao buscar uma nova perspectiva de futuro para si e para seus filhos por meio do exercício de uma nova atividade de trabalho. Para uma melhor problematização do problema que aqui tratamos, faz-se necessário refletir sobre outro caso concreto, a partir do qual podemos compreender com mais segurança os arranjos socialmente estabelecidos de reprodução ou mudança social.

Vejamos, assim, um caso de mudança intensa de vida de uma pessoa oriunda de um meio social popular produzida pela transformação da estrutura global

da renda familiar. Trataremos da história de Luciana, uma mulher de 49 anos de idade, mãe de um menino adolescente, cuja trajetória de vida nos coloca diante de um caso exemplar para percebermos que a classe não se reduz ao poder econômico daqueles que nela estão situados.

Logo ao conhecermos Luciana percebemos sua personalidade extrovertida e comunicativa, detentora de uma agilidade de respostas que trazem consigo a sensação de reação espontânea ao que lhe foi indagado. Contudo, durante a longa entrevista que realizamos com ela, outros sentimentos foram expostos, muito particularmente emoções relativas às recordações dos conflitos e das reneгаções que sua mãe com ela praticara ao longo da fase da sua vida em que dependia de seus pais. Para que isso seja sociologicamente apreendido, julgamos que o melhor método de análise da trajetória de Luciana não é conta-la em ordem cronológica, mas partindo de construção do retrato da sua condição no presente paulatinamente inseriremos os elementos pertinentes à constatação das mudanças de posição social ao longo da sua história de vida.

Luciana é uma advogada, com formação em nível de pós-graduação (especialização em direito imobiliário), que se dedica na maior parte do seu cotidiano ao trabalho e a administração do seu patrimônio familiar. Sempre está com pressa e cercada de pessoas, sejam trabalhadores que prestam serviços para seu escritório, seja empregados domésticos ou clientes. Sua trajetória de vida é a de alguém que experienciou uma vertiginosa transformação econômica e social ao longo dos anos: de filha de moradores residentes em uma favela carioca, tornou-se, por meio da educação e inserção no mercado de trabalho formal, detentora de um significativo acúmulo de propriedades privadas, que garantem a reprodução e elevação contínua dos seus rendimentos financeiros.

Ela possui atualmente sete apartamentos. Desses, seis são alugados no valor em média de cinco/seis mil reais. Aquele que escolheu para viver representa a sua aquisição mais recente e está avaliado em cerca de três milhões e meio de reais. A sua compra não foi feita de maneira arriscada, sob o risco de deixá-la endividada. Ao contrário, uma das características mais fortes de Luciana é o fato de que tudo o que ela deseja somente é alcançado com base em um plano de longo prazo. Esse apartamento, por exemplo, esteve em seu horizonte como projeto durante aproximadamente 15 anos, tempo necessário para adquirir o capital econômico requisitado para uma compra correspondente ao montante em que está avaliado.



Mesmo visivelmente uma pessoa bem humorada, fica claro que Luciana não tem tempo a perder. Sua rotina é intensa e o principal motivo que a leva a ser do jeito que é aponta para aquilo que ela tomou como responsabilidade materna: “garantir o futuro” educacional, social e econômico do seu filho. Como ela repete várias vezes ao longo da entrevista, um dos seus objetivos é eliminar as possibilidades de que ele, seu filho, tenha que passar por situações que ela passou quando ainda dependente de seus pais. Como ela própria percebe, um dos pontos fundamentais que possibilita uma vivência distinta em relação ao mundo na comparação dela com o seu filho diz respeito ao fato dela usufruir de uma maior poder aquisitivo do que aquele de seus pais.

[...] na maneira de criar os filhos, eu acho que hoje [a principal mudança] é em termos financeiros, que eu hoje posso, por exemplo... meu sonho, [quando] eu passava na [Av.] São Clemente, era estudar no [Colégio] Santo Inácio<sup>5</sup>. Hoje eu realizo meu sonho no meu filho, que estuda lá. Hoje eu pude comprar um apartamento feito esse aqui, para criar meu filho numa rua melhor de Botafogo. Eu sempre morei praticamente dentro da favela. Você está entendendo? A diferença é essa: que hoje eu posso ofertar para meu filho o que meu pai na época não pode me ofertar, entendeu? Mas, assim, amor de família, de toda dedicação... Gente, eu tiro tudo de mim para meu filho!

Se formos tomar comparativamente o caso de Luciana e o de Julio, estaríamos, claramente, colocando em interação duas situações muito peculiares que somente podem ser aproximadas por meio de um método relacional. O que interessa é perceber que Luciana e Julio são provenientes de origens sociais muito próximas entre si e o que fez traçar trajetórias completamente díspares foram as circunstâncias e as oportunidades que a eles se apresentaram no decorrer das suas vidas.

Julio, como mostramos, vivenciou uma pequena melhora de vida, alcançando um emprego formal paralelamente a permanência no trabalho coletivo familiar. Luciana, por seu turno, rompeu acentuadamente com a estrutura de social e econômica de seus pais, formando-se em direito e adquirindo acesso à bens materiais e simbólicos tidos como legítimos a partir da sua elevada renda. Na família de Julio, somente agora, com a democratização do acesso à educação superior, foi que pela primeira vez alguém, sua filha, está tendo a oportunidade de adquirir o

---

<sup>5</sup> O Colégio Santo Inácio é um dos mais antigos e tradicionais centros de formação educacional do Rio de Janeiro. É, também, uma das escolas com mensalidades mais caras.

nível de formação universitária. Nível educacional que Luciana alcançou uma geração antes da geração dos filhos de Julio.

Mas de que forma se deu propriamente a trajetória de Luciana, da favela ao condomínio de classe média alta carioca? Quais experiências foram vividas na sua condição de origem e o que permitiu a mudança de vida ao ponto de romper as barreiras econômicas estabelecidas pelos índices de desigualdades que caracterizam o capitalismo brasileiro?

O pai de Luciana é um português que veio para o Brasil à procura de uma vida melhor para si. Quando ela nasceu, ele e a sua mãe viviam em um pequeno apartamento no Rio de Janeiro. Seu pai era taxista. Sua mãe, dona de casa. A vida da família parecia seguir bem estável até que um acidente de carro envolvendo o seu pai taxista os fez perder, por processo judicial da família da vítima, o bem que lhes davam certa estabilidade na cidade, o apartamento em que viviam. Assim, sem condições de adquirir um outro imóvel após venderem a propriedade que viviam para pagar a indenização estabelecida por lei e sem meios para assumir o compromisso dos aluguéis que naquela época já eram altos no Rio de Janeiro, o único lugar que podiam custear um aluguel era nas áreas de favela: mudaram-se, assim, para a Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana.

Foi aí que Luciana viveu até os seus 10 anos de idade. Saíram do local quando o proprietário decidiu vender o imóvel e, não possuindo os meios para compra-lo, procuraram uma casa no Morro Santa Marta, em Botafogo. Após anos morando num apartamento na rua de acesso a essa favela, seu pai pôde se reorganizar financeiramente trabalhando como taxista e, assim, conseguiu, na ocasião em que o proprietário desse imóvel anunciou sua venda, compra-lo. Foi quando, de posse de uma residência própria em que não mais precisaram comprometer tanto o orçamento familiar, que as coisas puderam melhorar, no sentido de problemas financeiros, na vida de Luciana.

Todavia, a vida em casa não era fácil. Ela e sua mãe sempre tiveram um relacionamento muito conturbado, em que sua mãe a agredia moral e fisicamente com frequência, em especial quando estava fazendo alguma outra coisa que não fosse ajudar nas atividades domésticas. Isso atrapalhou, por exemplo, no educação formal de Luciana. Ela afirma que não havia condições de prestar um vestibular para universidade pública, quando estava concluindo o ensino médio, porque não havia, em casa, nenhuma condição para se concentrar e estudar para a seleção.

Quando estava em casa, ela afirma que se sentia como uma empregada doméstica de sua mãe, que inclusive, muitas vezes era levada trabalhar na arrumação da casa das vizinhas. Os motivos que Luciana traz para explicar o comportamento violento de sua mãe remonta às frustrações da história de vida da mulher que lhe gerou. Para Luciana, ela própria foi resultado de uma gravidez indesejada, pois não havia, em suas palavras, “um relacionamento verdadeiro entre sua mãe e seu pai”. Luciana crê que sua mãe sempre foi interessada em viver com outro homem, que a deixou para voltar à Itália, o seu país de origem. Para ela, portanto, os maus tratos que sofria da sua mãe era a materialização das mágoas propriamente silenciadas ao longo do tempo.

É interessante perceber que mesmo aluna de escola pública e oriunda de uma história de vida marcada por eventos dramáticos, em sua narrativa parece que a expectativa de possuir uma formação superior sempre esteve no universo dos possíveis. Mesmo sem condições de passar na seleção para uma universidade gratuita, aos 17 anos de idade, logo ao completar o ensino médio, Luciana começou a trabalhar para custear uma faculdade. Entrou no curso de direito de uma universidade privada do Rio de Janeiro, curso que, após o primeiro ano, cogitou desistir devido às dificuldades financeiras para poder pagar as mensalidades. Só era possível quitar as dívidas da faculdade se trabalhasse, pois seus pais não podiam arcar com as despesas universitárias. Desse modo, trabalhou como secretaria de uma empresa comercial de ações por um ano e, em seguida, foi selecionada para trabalhar no Campi Clube Brasil, onde, em pouco tempo, recebeu uma promoção que lhe permitiu, pela primeira vez, uma renda no valor de mil reais mensais. Ela nos diz que sempre foi de “correr atrás”, atribuindo sentido à suas ações que resultaram, em suas palavras, na “mulher que hoje se tornou”, em clara alusão ao status social e à renda que usufrui atualmente.

Nessa luta cotidiana por recursos para custear a formação universitária, Luciana, então, deparou-se com uma situação inusitada. Ela relata o momento em que sua vida econômica foi transformada significativamente:

Eu sempre fui muito dedicada, de trabalhar muito: sacrifício, porque eu precisava também. [...] eu nunca vou me esquecer, nunca. Tinha uma agência de emprego, eu estava sempre me inscrevendo, tentando melhorar. Teve uma oportunidade para trabalhar na Coca-cola, mas era lá em Olaria, diferença de localidade [em relação aonde eu morava]. Eu me inscrevi, cheguei lá [e] só era mulher de carro, com duas faculdades. E eu

estava, assim, dois anos e meio de faculdade. Gente essa vaga nunca vai ser minha! Não tinha a maior chance, mas eu queria competir, eu queria subir. [...] E fiz a entrevista, fui lá umas quatro vezes, aí, por fim, fui selecionada. [...] Hoje eu ganhava mil reais no Campi Clube do Brasil [como] chefe de cobrança, fui ganhar dez mil [na Coca-cola]. De uma hora para outra.

Para Luciana, ser contratada pela Coca-cola era a garantia de que concluiria o curso superior que havia escolhido e que duramente conseguia pagar as mensalidades. Ao mesmo tempo, logo surgiram os constrangimentos e desconfortos de classe, que lhe revelava que o seu novo local de trabalho era marcado por uma ordem de práticas e códigos com os quais não estava familiarizada. Ela passou a trabalhar em um “ambiente que não tinha nada haver [comigo]”, pois “estava acostumada com uma coisa muito mais simples”. Isso se refletia não apenas na questão prática de saber agir bem na função que exercia, mas em dimensões muito mais sutis, que passam, com frequência, despercebidas quando estamos em um ambiente com o qual cultivamos relações de familiaridade. Luciana precisou mudar sua estética, seu vestuário e adentrar num ambiente econômico e cultural que não possuía nenhuma relação direta com seus ambientes de sociabilidade até então experimentados. Adaptou-se ao jogo ali estabelecido e buscou, com graus diferentes de consciência, cultivar as disposições exigidas para o estabelecimento de uma “cumplicidade ontológica” às estruturas objetivas e simbólicas que demarcavam o seu recente local de trabalho.

Foi a partir dessa ocupação que ela pôde começar a economizar para investir. Sempre tendo como pano de fundo das suas decisões o receio de passar pelas mesmas dificuldades que enfrentou junto com os pais, considerava, sempre, que a prioridade básica da para a sua autonomia seria a aquisição da casa própria. Assim, com o salário que recebia, não apenas financiou sua formação educacional, mas também planejou a compra do primeiro imóvel, adquirido, ainda, antes de completar a faculdade. Comprou um apartamento modesto em um prédio localizado ao lado do edifício que seus moravam, também próximo ao Santa Marta. Nele viveu durante alguns anos.

Depois que a Coca-cola modificou sua estrutura interna, Luciana foi demitida. Contudo, já em posse do curso superior, passou atuar como advogada. Casou-se com um homem também advogado e, por alguns anos, trabalharam em parceria. Tiveram um filho e, em seguida, terminaram o casamento, mas mantiveram os vínculos formais de trabalho, dividindo um escritório na zona sul do Rio de Janeiro.

Como advogada, sabe-se que ela não apenas objetivamente possuía o acesso privilegiado aos espaços de poder, mas também passava a ser socialmente vista não mais como aquela mulher que por tantas dificuldades passou, mas apenas como uma profissional liberal que agora participava do círculo e dos ambientes da classe média e média alta. Contudo, detentora de um poder aquisitivo alto, as suas preferências culturais, seu gosto, seu estilo de vida, seu código linguístico e seus interesses mais imediatos revelam sua origem. Afirmamos isso não como uma atribuição arbitrária de estereótipos, mas a partir da interpretação do conjunto de práticas culturais e sociais que nossa entrevista nos revelou.

Ela não pensa que atuar como advogada é suficiente para lhe garantir os recursos necessários que permitirão que seu filho usufrua de uma vida digna e de bonança. Por isso, hoje Luciana não apenas advoga na área do direito imobiliário, mas também administra seu patrimônio com vistas ao acúmulo de capital para o investimento posterior em mais imóveis. Além disso, com frequência, quando viaja ao exterior, traz roupas e utensílios para vender no Rio de Janeiro, contrariando as práticas que se pressupõe de alguém que pela busca desenfreada de distinção, jamais realizaria ações desse tipo. Não obstante todas essas maneiras formais e informais de trabalho, ela dedica-se atualmente à formação necessária para atuar como síndica profissional, com o objetivo de ser contratada para administrar outros prédios (além do seu, que já possui esse cargo) – área de trabalho em expansão no Brasil, sobretudo pelo crescimento do capital imobiliário e do número de famílias que vivem em condomínios fechados.

É interessante para fecharmos um retrato sociológico de Luciana, percebermos que com o capital econômico que possui, soa interpretativamente frágil tê-la como membro da classe média brasileira. É preciso ir além da renda para identificar a pertença de classe e, no caso aqui tratado, tudo aponta para o fato dela possuir um comportamento prático mais próximo dos setores populares do que das classes médias, mesmo que sua ocupação esteja entre aquelas mais tradicionais dos setores privilegiados. Todavia, é preciso reconhecer que, diferentemente da sua condição de origem, seu filho, detentor de todos os meios e recursos que uma renda familiar elevada pode angariar, porta-se e age como uma criança nascida no ambiente pequeno burguês endinheirado. Sua mãe, inclusive, tem consciência disso, e dispara, recorrentemente, que não suportará que, com tudo o que ele possui, haja o risco de não “se dar bem na vida”, de não “crescer na vida”. Ele é,

desde a sua mais tenra idade, socialmente percebido como pessoa detentora de dignidade, muito distintamente das percepções sobre as crianças oriundas do meio social de Luciana.

### **Considerações finais**

A constatação de que a origem social pesa significativamente nas chances de ascensão social reflete a própria característica da sociedade de classes fundada em uma sociabilidade constituída sob o manto das desigualdades sociais, econômicas, educacionais e de oportunidades de vida. As posições sociais em que se situam as famílias no espaço social é o ponto chave para compreender todos os níveis de condicionamentos que agem de modo a impedir ou a favorecer o acesso aos bens materiais e simbólicos socialmente tidos como legítimos que são requisitados e consagrados na competição social. Tais elementos vale ressaltar atendem diretamente um determinado perfil de classe, que é privilegiada na medida em que o monopólio das classificações e das definições dos sentidos que definem o mundo está sob seu domínio.

Ao tratar dos casos de Julio e de Luciana – duas pessoas que nasceram em condições sociais relativamente próximas entre si – objetivamos refletir sobre as possibilidades de mudança de vida na ordem das desigualdades, especificamente no que tange as trajetórias de vida daquelas pessoas que nasceram e foram socialmente produzidas nas classes trabalhadoras populares. Temos ciência de que os limites desse pequeno trabalho não possibilita alcançar os resultados esperados para a solução de uma inquietação tão profunda, sobretudo para refletir sobre as minúcias que a apreensão de trajetórias e histórias de vida requerem. Faz necessário, ainda, identificar melhor os mecanismos dinâmicos atuantes nas passagens das diferentes e significativas experiências individuais de ser e estar no mundo social, mais apropriadamente nos instantes de trânsito entre as diferentes esferas sociais pertinentes na organização da vida social moderna, como família, escola e trabalho. Consideramos, portanto, que o que apresentamos aqui representa um primeiro esforço a ser aprofundado a partir das críticas e das sugestões a serem realizadas na sessão do GT10 - Biografia e Sociedade. Tal será nosso intuito logo após o debate.

## Referências:

- ANTUNES, Ricardo (2009). **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo.
- BACHELARD, Gaston (1996). **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BORGES, Ângela; DRUCK, Maria G (1993). Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**. Salvador, v. 6, n. 19, p. 01-24. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=349>
- BOURDIEU, Pierre (2011). Espaço social e espaço simbólico. In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus Editora.
- CARLEIAL, Liana; AZAÏS, Christian (2007). Mercados de trabalho e hibridização: uniformidades e diferenças entre França e Brasil. **Caderno CRH**. Salvador, v. 20, n. 51, p. 401-417. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n51/a03v2051.pdf>
- ELIAS, Norbert (1994). **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GUIMARÃES, Nadya (2012). A procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho?. **Novos estudos - CEBRAP**. n.93, São Paulo. p.123-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a09.pdf>
- LAHIRE, Bernard (2002). **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ : Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2006). **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1999). **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes.
- NERI, Marcelo (Coord.) (2008). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS. Disponível em: [www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3\\_ANovaClasseMedia\\_Port\\_2.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3_ANovaClasseMedia_Port_2.pdf) Acessado em: 20 de março de 2016.
- POCHMANN, Márcio (2012). **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo.
- ROSENTHAL, Gabriele (2014). História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas**. Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249.
- VISSER, Ricardo. A socialização disciplinar da família batalhadora. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 13, p. 316-345.